

**INCLUSÃO ESCOLAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM  
DIAGNÓSTICO NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO**

**BERTOLASSI, J. A.[2]; ROMAN PAVAN; M. A.[1]; TYBURSKI; L. P.[1]; GARCIA;  
R.[1]**

A inclusão escolar, assegurada pela legislação brasileira, representa um desafio permanente para as redes públicas de ensino, sobretudo no que se refere à efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ao funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Esses espaços e serviços configuram-se como fundamentais para garantir o direito à aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial, mas ainda enfrentam limitações relacionadas à infraestrutura, à articulação entre profissionais e à formação docente. Nesse contexto, este estudo foi desenvolvido no âmbito de uma proposta de extensão universitária da UFFS – Campus Erechim, especificamente na disciplina de Extensão Universitária do curso de Licenciatura em Educação Especial. Teve como objetivo compreender como gestores(as), professores(as) e demais profissionais da rede pública da região do Alto Uruguai percebem o papel das SRM e do AEE, bem como identificar desafios e potencialidades no processo de inclusão escolar. Para tanto, no primeiro semestre de 2025, aplicou-se um questionário online, elaborado coletivamente pelo grupo de trabalho, por meio da plataforma Google Forms. O instrumento, composto por questões discursivas e objetivas, foi encaminhado a professores(as), supervisores(as), secretários(as) e gestores(as) de quatro instituições escolares da região, alcançando 32 participantes. A coleta de dados foi acompanhada por encontros virtuais semanais para análise preliminar, organização de categorias e sistematização das informações. A abordagem foi qualitativa e contou também com a revisão de documentos legais e referenciais teóricos sobre inclusão e AEE, que subsidiaram a análise e a fundamentação das discussões. Os resultados evidenciam que, embora o AEE seja amplamente reconhecido como essencial para a inclusão, persistem fragilidades estruturais e pedagógicas que comprometem sua efetividade. Entre as limitações mais citadas destacam-se a ausência de salas próprias em algumas escolas, a realização de atendimentos em turno inverso, a sobrecarga dos profissionais e a falta de tempo destinado ao trabalho colaborativo com professores da sala comum. Parte significativa dos respondentes revelou desconhecer a estrutura física e os recursos disponíveis nas SRM, o que reforça a invisibilidade desses espaços pedagógicos no cotidiano escolar. Além disso, a articulação entre AEE, sala comum, gestão e família mostrou-se frágil, ocorrendo de forma pontual e muitas vezes restrita a encontros informais ou conversas rápidas, sem espaços

[2] Jonas Bertolassi. Professor da Educação Básica e Docente do Curso de Pedagogia na Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS. Campus Erechim/RS. E-mail: [jonasbertolassi@hotmail.com](mailto:jonasbertolassi@hotmail.com)

[1] Maritânia Angela Roman Pavan. Professora da Educação Básica e Discente do curso Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS. Campus Erechim/RS. E-mail: [maritaniaangelaromanpavan@gmail.com](mailto:maritaniaangelaromanpavan@gmail.com)

[1] Letícia Piotroski Tyburski. Professora da Educação Básica e Discente do curso Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS. Campus Erechim/RS. E-mail: [lety.tyb@gmail.com](mailto:lety.tyb@gmail.com)

[1] Rosane Cardoso Garcia. Professora de Sala de Recursos da Educação Básica e Discente do curso Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS. Campus Erechim/RS. E-mail: [rosanedcard@gmail.com](mailto:rosanedcard@gmail.com)

# XIV SEPE

Seminário de Ensino,  
Pesquisa e Extensão

20 a 24/10

## INTEGRIDADE CIENTÍFICA E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

institucionais consolidados para planejamento conjunto. Em contrapartida, a maioria dos professores expressou disposição para a formação continuada em práticas inclusivas e colaborativas, reconhecendo a necessidade de apoio pedagógico e da presença de um segundo professor em sala para lidar com a diversidade das turmas. Conclui-se que o AEE, apesar de reconhecido como política pública fundamental, ainda enfrenta limites significativos em sua implementação nas escolas públicas da região pesquisada. Contudo, a abertura dos(as) docentes para a formação e a valorização do trabalho em equipe apontam caminhos promissores para a construção de práticas mais efetivas de inclusão, desde que acompanhados por investimentos em infraestrutura, fortalecimento institucional e criação de espaços de diálogo sistemático entre os diferentes profissionais da escola.

**Palavras-chave:** Práticas Inclusivas; Sala de Recursos Multifuncionais; Formação docente.

**Área do Conhecimento:** Ciências Humanas.

**Origem:** Ensino.

**Instituição Financiadora/Agradecimentos:** Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.